

## **Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico**

Arabela Campos Oliven\*

### **Resumo**

Este artigo analisa como as desigualdades de renda, educacionais e raciais, no Brasil, se traduzem em privação de oportunidades para grande parte da população, reforçando o ciclo de exclusão em nossa sociedade. Apresenta o debate sobre as políticas de ação afirmativa, principalmente o referente a cotas nas universidades, a partir de quatro manifestos públicos. Discute o significado simbólico da implementação dessas políticas tomando o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como exemplo.

**Palavras-chave:** Ação afirmativa. Desigualdades sociais. Universidade brasileira. UFRGS.

### **Affirmative action policies in the University of Rio Grande do Sul and their symbolic meanings**

### **Abstract**

This article analyses how income, educational and racial inequalities in Brazil result in the lack of opportunities for a large part of the population reinforcing a cycle of exclusion in our society. The article presents the debate about affirmative action policies, especially the one referring to quotas in universities, through the analysis of four public manifestos. It also discusses the symbolic meaning of the implementation of these policies, taking the case of the Federal University of Rio Grande do Sul as an example.

**Keywords:** Affirmative Action. Social Inequalities. Brazilian Universities. Federal University of Rio Grande do Sul.

\* Professora Doutora de Sociologia da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Introdução

O antropólogo Lévi-Strauss, num texto clássico,<sup>1</sup> analisa um parto difícil de uma jovem índia norte-americana. Nesse episódio, ela não se encontra sozinha. Ela compartilha as tradições e mitos de seu povo. Junto à jovem mãe, o xamã narra outros partos difíceis e as lutas entre os espíritos protetores e malfazejos. A eficácia simbólica de seu canto ajuda a jovem a enfrentar o desafio de fazer nascer um novo ser.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aprovou um sistema de cotas sociais e raciais, com início em 2008.<sup>2</sup> Foi um parto difícil! Já na véspera da votação, representantes de Movimentos Negros e de Comunidades Indígenas reuniram-se em vigília, com suas velas e seus cânticos, para lembrar sua história de opressão, mas principalmente para compartilhar em a lembrança de suas lutas e vitórias. O público dessa narrativa não era apenas o Conselho Universitário, encarregado da votação, mas a nação em geral. Este artigo analisa o significado simbólico das políticas de ação afirmativa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O termo ação afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger grupos que, em uma determinada sociedade, são ou tenham sido discriminados. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de poder. Nessa perspectiva, a sub-representação de minorias em instituições e posições de maior prestígio na sociedade é considerada um reflexo de discriminação. Portanto, visa-se, por um período provisório, a criação de incentivos que busquem certo equilíbrio da representatividade dos diversos grupos que fazem parte de determinada sociedade, nesses espaços.

As políticas de ação afirmativa têm sido implementadas em diversos países, variando o público a que se destinam. A Índia, país que tem a experiência mais longa nesse tipo de política, reserva um percentual de vagas em suas universidades públicas a castas, como os *dalits*, ou “intocáveis”, que, pela tradição religiosa hindu, historicamente, foram consideradas inferiores. Na Indonésia,<sup>3</sup> país que congrega milhares de ilhas, a quase totalidade dos estudantes nas universidades de elite é proveniente da ilha de Java; nesse país essas políticas têm um caráter regional, destinando-se a estudantes de outras ilhas. As políticas de ação afirmativa, pois, refletem as contradições e desigualdades inerentes a cada país onde elas são implementadas.

## O Brasil e suas desigualdades

A sociedade brasileira é visceralmente desigual, desde a sua origem. Basta lembrar que a primeira tentativa de ocupação sistemática da Colônia pelos portugueses foi através da distribuição de capitânicas hereditárias. Para dar um dado mais atual, o Brasil tem 130.000 milionários e segundo o Boston

Consulting Group, esse grupo de milionários brasileiros é o mais rico da América Latina com uma fortuna conjunta estimada em US\$573 bilhões – mais da metade do PIB nacional.<sup>4</sup>

Até poucos anos atrás, o Brasil era o país que apresentava a maior concentração de renda do mundo, medida pelo coeficiente de Gini. Esse coeficiente varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero mais igualitária é a distribuição de renda de um país e quanto mais próximo de um, mais concentrada é a renda. Atualmente, num conjunto de mais de 90 países, para os quais existe esse cálculo, o Brasil com um coeficiente de Gini de 0,60 só é ultrapassado em matéria de concentração de renda por dois países: Malavi e África do Sul. Se tomarmos uma série histórica, no período de 1977 a 1999 o coeficiente de Gini tem se mantido ao redor de 0,60 num intervalo que vai de 0,58 a 0,64. Com relação a esse período de duas décadas, “muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos”.<sup>5</sup>

Um agravante a essa situação é que a desigualdade educacional no Brasil é ainda maior do que a de renda. Ao adaptar o coeficiente de Gini para comparar o desempenho de alunos da oitava série nas provas de matemática do (Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), exame do Ministério da Educação (MEC) que avalia a qualidade da educação) em 2003, o pesquisador José Francisco Soares, coordenador do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais da Universidade Federal de Minas Gerais, encontrou um coeficiente de 0,63. Para aquele mesmo ano, o coeficiente de Gini para medir a concentração de renda era de 0,54. Outro pesquisador das desigualdades educacionais, o economista Flavio Waltenberg do Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade, a partir da comparação das notas de alunos da oitava série em matemática, mostrou que São Paulo é o estado com a maior desigualdade educacional. Em termos regionais, a situação do Nordeste é a pior, apresentando maiores índices de desigualdade com médias baixas; ao contrário, na região Sul as médias são mais altas com menor desigualdade. Os dois pesquisadores apontam para a necessidade de comparar não apenas as médias, mas também as desigualdades, para evitar que ocorra uma elevação da média de desempenho com aumento de desigualdade, ou seja, as escolas apostando nos alunos que apresentam mais altos resultados para melhorar os seus índices em comparação às demais escolas.<sup>6</sup>

Akkari,<sup>7</sup> ao estudar as desigualdades educacionais em nosso país, aponta “ ser a dualidade ensino público/ensino particular a grade de leitura apropriada para analisar o sistema educativo atual no Brasil”. Citando dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 1996, o autor mostra que o ensino público fundamental acolheu 88% do total de alunos e o médio, 79,5%, ou seja, a grande maioria. O autor apresenta dados baseados no desempenho em matemática dos alunos de terceira série por tipo de escola,

se pública ou privada. Os piores resultados são os da região Norte em que as escolas municipais e estaduais e as escolas particulares obtêm um resultado médio de 163, 167 e 213 pontos, respectivamente. O melhor resultado encontra-se na rede privada da região Sudeste com um escore médio de 238. Outra maneira de medir a desigualdade educacional em termos regionais é a comparação do nível de qualificação do corpo docente das escolas. Assim, enquanto no Maranhão professores leigos em escolas primárias com o primário incompleto chegam a 18,7 % e com o ensino médio incompleto atingem 29,7%; na região Sudeste esse percentual é de 0,6 e 1,1 respectivamente.

As desigualdades de renda e educacionais se traduzem em privação de oportunidades no mercado de trabalho e do gozo dos direitos constitucionais assegurados aos cidadãos, reforçando o ciclo vicioso da exclusão. Mas existe um grupo de brasileiros que, além da privação em termos de renda, sofre na pele a discriminação: os negros. Embora nem todos os pobres sejam negros e nem todos os negros sejam pobres, dados de estatísticas oficiais nos mostram como é grande o fosso que separa a população negra da branca na sociedade brasileira.

Em vez da segregação como a que existiu nos Estados Unidos e na África do Sul temos, no Brasil, um “racismo cordial” que encobre uma forte discriminação social. Somos um país metade negro metade branco; com intensa miscigenação, que, durante o século XIX importou teorias racialistas; teve uma política de branqueamento da população, dando preferência e incentivo aos imigrantes europeus. Foi o último país das Américas a abolir a escravidão e não desenvolveu uma política de estado a favor da população negra após a abolição.

São inúmeros os dados que mostram os reflexos de nossa herança histórica em termos das grandes desvantagens da população negra quando comparada à branca. Estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em novembro de 2005, ao comparar 173 países com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH-M), coloca o Brasil em 73º lugar. Se compararmos dois grupos de brasileiros, os brancos de um lado e os pretos e os pardos,<sup>8</sup> de outro, poderemos observar melhor o grau da desigualdade racial no Brasil. Enquanto a média do IDH da população branca colocaria o país em 44º lugar em relação à média dos demais países comparados, a mesma média para a população negra brasileira nos colocaria em 105º lugar.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos mostram, ainda, que entre 10 e 59 anos de idade a taxa de mortos vítimas de homicídios na população é sempre maior entre a população preta e parda do que entre a branca. Para dar um exemplo: a taxa de mortes entre os jovens brancos de 20 a 24 anos é de 102 homicídios por cem mil habitantes; já entre os pardos é de 185 e a entre os pretos é de 218, ou seja, mais do que o dobro de jovens pretos são vítimas de homicídio, quando comparados aos brancos.<sup>9</sup>

### **Os Manifestos públicos apresentados ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal**

O debate sobre as ações afirmativas, principalmente aquele referente a cotas nas universidades brasileiras, embora tenha um marcado cunho nacional, pauta-se num discurso mais amplo de inclusão de grupos discriminados expresso em protocolos internacionais, assinados pela maioria dos países do mundo, inclusive o Brasil. Tem muito a ver com a visão dos direitos humanos, do direito ao reconhecimento do valor de cada cultura e do respeito à diversidade.

Esse debate é relativamente recente em nosso país. Ele ganha mais repercussão social com a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, em que o Brasil se posicionou a favor de políticas públicas que venham a favorecer grupos historicamente discriminados e com a implementação de políticas de ação afirmativa em universidades, principalmente as públicas.

O Brasil foi um dos 167 Estados que ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Com isso, o país se compromete a não apenas combater a discriminação através de medidas punitivas como também promover a igualdade, através de políticas afirmativas diversas que combatam as desigualdades raciais.

Durante o ano de 2006, foram apresentados, ao Congresso Nacional, dois manifestos que sintetizam os principais argumentos do debate sobre a questão de políticas de ação afirmativa, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de cotas nas universidades públicas.

Comparando os dois documentos observa-se que eles convergem no repúdio às desigualdades sociais. O primeiro a ser protocolado, Todos têm direitos iguais na República Democrática, refere-se a privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade de oportunidades e devem ser combatidos por todos. Apesar de reconhecer a existência de privilégios na sociedade brasileira, não aceita políticas corretivas a não ser as universalistas de melhoria dos serviços públicos.

O segundo documento, Manifesto a favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, aponta a dimensão das desigualdades raciais no Brasil e questiona a viabilidade de os jovens negros que estão atualmente concluindo o ensino médio chegarem até a universidade sem uma política de Estado que lhes torne mais viável o acesso às universidades públicas, uma vez que esses jovens, em sua maioria, são vítimas do racismo e não têm, em geral, o mesmo poder aquisitivo e as oportunidades dos jovens da classe média branca, que entram nos cursos universitários mais seletivos.

**Arabela Campos Oliven**

Em 2008, dois novos manifestos foram encaminhados, dessa vez ao Supremo Tribunal Federal, tendo em vista ações diretas de inconstitucionalidade promovidas pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) contra o Prouni<sup>10</sup> e contra a lei de cotas nos concursos vestibulares das universidades estaduais do Rio de Janeiro, a serem apreciadas pelo referido Tribunal.

O primeiro deles, Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais datado de 21 de abril, posiciona-se contrário à criação das cotas raciais: “O que nos mobiliza não é o combate à doutrina de ações afirmativas, quando entendidas como esforço para cumprir as Declarações Preambulares da Constituição, contribuindo na redução das desigualdades sociais, mas a manipulação dessa doutrina com o propósito de racializar a vida social do país.”<sup>11</sup>

Assim, seus signatários aceitam as cotas para deficientes físicos e para mulheres, argumentando que é fácil definir quem é portador de deficiência e quem é mulher. São ambíguos quanto a cotas sociais. Embora não seja tão difícil definir quem é pobre no país, as sugestões que apresentam para alunos de baixa renda que completam o ensino médio são a de cursos preparatórios gratuitos e a eliminação das taxas nos exames vestibulares das universidades públicas, o que beneficiaria negros e brancos mas, também, pobres e ricos. Para os que ainda estão no sistema de educação fundamental, a solução seria a alocação de recursos públicos em espaços de pobreza, o que melhoraria as chances de estudantes pobres de todas as cores.

Quanto a cotas raciais, afirmam que elas “...proporcionam privilégios a uma ínfima minoria de estudantes de classe média e conservam intacta, atrás de seu manto falsamente inclusivo, uma estrutura de ensino público arruinada”. Além do mais prevêem uma profunda cisão na sociedade brasileira com a introdução de políticas afirmativas baseadas no critério racial: “A fabricação de ‘raças oficiais’ e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na circulação sangüínea da sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios.”<sup>12</sup>

O segundo documento, entregue em 13 de maio, 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil: Manifesto em defesa da Justiça e constitucionalidade das cotas, afirma que “As cotas e o ProUni significam uma mudança e um compromisso ético do Estado brasileiro na superação de um histórico de exclusão que atinge de forma particular negros e pobres.” Salienta ainda que esse é “um posicionamento do Estado brasileiro coerente com os acordos internacionais de superação do racismo, de luta pelos direitos humanos dos quais o país é signatário.”<sup>13</sup>

Também chama a atenção para o fato de que a implementação de políticas de cotas nas universidades brasileiras, além de ser fruto de uma luta histórica, mobilizou a sociedade e incentivou a produção e discussão sobre a

igualdade “em uma intensidade sem paralelo em nenhuma década passada da história do Brasil”.<sup>14</sup>

O documento ainda apresenta o mapa das ações afirmativas no país: 69 Instituições de Educação Superior federais, estaduais ou municipais adotam ações afirmativas; 20.000 cotistas negros cursam atualmente a graduação em universidades públicas e o ProUni já alocou 39.128 bolsas para estudantes negros pobres.

Seus signatários dão ênfase ao fato de que esse é um movimento pacífico, baseado no convencimento e no debate público. Apresentam severas críticas ao Manifesto dos 113 cidadãos anti-racistas, mostrando como suas bandeiras isolam o Brasil atual das forças progressistas do mundo. Enfatizam a constitucionalidade das cotas ao apoiarem-se nos posicionamentos de juristas brasileiros como Joaquim Barbosa Gomes e Marco Aurélio Mello que, entre outras coisas, afirmam “...toda e qualquer lei que tenha como objetivo a concretude da Constituição Federal não pode ser acusada de inconstitucionalidade.”<sup>15</sup>

### **O significado simbólico das ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Para analisar o significado simbólico da implementação de cotas na universidade, retomo o exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a mais antiga no Estado e que figura entre as melhores do país.

Os cursinhos, que preparam os filhos da elite para o vestibular, sabem disso e as agências publicitárias também. No ano de 2008, quando tem início a política de cotas sociais e raciais nesta universidade, ônibus urbanos de Porto Alegre, que vendem espaços de propaganda, estamparam fotos de diversos estudantes sorridentes com os dizeres “Passei na UFRGS”. Abaixo está escrito o nome do(a) universitário(a) e bem embaixo o nome do cursinho: Universitário. A estampa de jovens que circula pelos ônibus da cidade, todos brancos com aparência de classe média, passa a imagem de que se você estudar no referido cursinho terá chance de passar no vestibular mais seletivo do Estado. A propaganda não inclui universidades privadas tanto da cidade quanto da região metropolitana de Porto Alegre. O nome UFRGS é usado como uma espécie de grife.

O diploma de curso superior tem se tornado cada vez mais uma condição necessária, mas não suficiente, para que um universitário assegure um lugar condizente com a sua qualificação no mercado de trabalho. O tipo de curso e principalmente o tipo de universidade são diferenciais que favorecem as oportunidades futuras dos graduados.

Assegurar um lugar na UFRGS faz parte das estratégias de conservação de um *status* social já privilegiado ou das aspirações de mobilidade ascendente das camadas médias. É importante chamar a atenção que o verbo utiliza-

do na propaganda referida não é “entrei” na UFRGS, mas “passei”. Ele evoca o sucesso individual de ter vencido uma grande barreira, o vestibular, e não o significado que representa fazer um curso numa universidade de pesquisa.

Quando a UFRGS deu início ao debate na comunidade acadêmica para se posicionar quanto à possibilidade da implementação de cotas nos seus vários cursos, as lideranças de Movimentos Negros e de Comunidades Indígenas se fizeram presentes. Nem tudo o que almejavam conseguiram: negros que estudaram em escolas privadas, muitos deles com bolsas, não foram contemplados nas cotas por exemplo. No entanto, o estabelecimento de 30% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, sendo que a metade para auto declarados afro-descendentes, bem como as vagas especiais para índios foram uma grande conquista.

Além das cotas sociais e raciais, foram criadas 10 novas vagas na universidade para atender as reivindicações dos grupos indígenas, em cursos escolhidos pelas próprias comunidades, sendo que os candidatos passam por um processo seletivo especial. Os cursos onde ingressaram os atuais cotistas indígenas são: Pedagogia, Enfermagem, Direito, História, Letras, Medicina, Odontologia, Jornalismo e Agronomia. Lucíola Maria, ou Nivan, como é chamada entre os Kaingangues, é uma figura, atualmente, conhecida no Estado por ser a primeira indígena cursando Medicina na UFRGS. Enfermeira formada em uma universidade privada, filha de pai branco funcionário da Funai e de mãe indígena, trabalha na comunidade onde foi criada e para onde pretende voltar.

A Faculdade de Educação tem organizado, desde 2004, a Semana Indígena, na qual são apresentados artesanatos, espetáculos de dança e canto e organizadas oficinas para reflexão e estudo das línguas guarani e kaingang. Em 2008, a programação incluiu um painel com estudantes indígenas na UFRGS. A oportunidade de estudar na mais conceituada universidade do Estado representa o reconhecimento de suas comunidades, seja no que elas têm para nos oferecer, seja na aceitação do direito que esses povos têm de aprender numa universidade pública aqueles conhecimentos que eles consideram fundamentais para a melhoria de suas condições de vida. Esses jovens são líderes nas suas aldeias, valorizam a experiência que estão tendo, demonstram grande sentimento de responsabilidade e solidariedade.

Em seus depoimentos, eles deixaram bem claro que desejam melhorar as condições de vida de seus povos e pensam em atuar a nível regional e mesmo nacional para o estabelecimento de políticas públicas voltadas às comunidades indígenas. Pretendem ser pesquisadores e não apenas objeto de pesquisa. Iniciaram timidamente se apresentando com os seus nomes em português e na sua língua materna. Depois se entusiasmaram com as perguntas e o interesse dos presentes. Falaram de suas vivências, da cultura viva e diversificada dos índios, de seus projetos futuros. Concluíram com canções cantadas em Kaingang.



As políticas de ação afirmativa têm mobilizado inúmeras pessoas, especialmente representantes dos Movimentos Negros. O Fórum de Ações Afirmativas, grupo aberto a simpatizantes das políticas de cotas na UFRGS formado por alunos, professores, funcionários e lideranças negras, tem procurado assegurar a boa acolhida dos cotistas, lutar por políticas de incentivo à permanência dos mesmos na universidade, combater atitudes de discriminação e promover um convívio solidário entre todos os estudantes da universidade.

A vigília dos representantes dos vários movimentos sociais na véspera da aprovação da política de cotas que assegurou o acesso à UFRGS a uma parcela desprivilegiada da população local e a dedicação daqueles que se interessam pelo sucesso e permanência dos cotistas nos seus respectivos cursos são formas de expressar a legitimidade das políticas de ação afirmativa.

Esse tipo de apoio, que existe em várias universidades que implantaram as políticas de cotas, talvez explique, em parte, o bom desempenho dos cotistas<sup>16</sup> em relação aos não cotistas. Alguns estudantes não cotistas que passaram em universidades públicas podem se desinteressar do seu curso, trancar a matrícula, tentar novo vestibular para outro curso; muitos destes jovens pertencem a uma camada social privilegiada, o que lhes favorece esse tipo de opção. Um estudante cotista, ao contrário, sabe que não pode desperdiçar a oportunidade que tem. Como integrante de um grupo que luta por uma inserção mais equitativa na sociedade brasileira, o comprometimento social dos cotistas parece ser maior.

Um dos argumentos em favor das ações afirmativas é o da necessidade de reconhecimento de todos os grupos como iguais. Na medida em que a forma de seleção nos cursos mais concorridos das universidades públicas deixa de lado uma população tão numerosa como a dos pretos e pardos brasileiros, passa-se a idéia de que o lugar que forma a elite nacional pode prescindir da contribuição de quase metade da população brasileira. Esse argumento tem a ver, também, com o significado simbólico dos modelos para as novas gerações. É importante para os jovens negros e indígenas verem representantes de seus grupos bem-sucedidos como profissionais nas áreas do Direito e da Medicina, por exemplo nas atividades de pesquisa.

A universidade constitui-se num espaço importantíssimo de sociabilidade e de aprendizagens não apenas formal, mas também informal. Numa sociedade excludente como a nossa, pobres e negros são raros na comunidade acadêmica. Enquanto alunos provenientes de famílias da elite pouco têm a acrescentar a seus familiares e amigos em termo de capital cultural, os alunos, cuja origem social é mais baixa, e negros, que costumam ser a primeira geração a freqüentar a universidade, tendem a contribuir muito mais para aumentar os conhecimentos e as expectativas educacionais de seus familiares, principalmente de irmãos mais novos.

**Arabela Campos Oliven**

O impacto direto das políticas de cotas nas universidades em termos redistributivos da renda nacional certamente não será significativo num primeiro momento. Talvez, num futuro próximo, esse impacto se faça sentir na medida em que, ao formar uma elite mais diversa e representativa de grupos até então praticamente ausentes dos cursos superiores mais seletivos, o país se beneficie de um conjunto de profissionais com uma visão mais próxima da realidade em que vive a maior parte de nossa população.

O Brasil, sendo uma das maiores economias do mundo, não é um país pobre, mas muito injusto. Ao adotar o sistema de cotas, a UFRGS mostrou estar sintonizada com o espírito do século XXI: de respeito aos Direitos Humanos, ao reconhecimento e à diversidade com justiça e equidade. Enquanto as imensas desigualdades socioeconômicas, educacionais e raciais nos empobrecem, a diversidade nos enriquece.

### **Referências**

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre o estado, privatização e descentralização. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 74, abril, 2001, p. 168.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 35-59.

GOASTELLE, G. D'un multiculturalisme à autre. Les politiques universitaires et la justice sociale: une comparaison États-Unis – Indonésie; FELOUZIS, G. (Org.). **Lês mutations actuelles de l'université**. Paris, PUF, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **A eficácia simbólica: antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

MARQUES, F. Estudos comparam desempenho de alunos beneficiados por ações afirmativas e mostram como vários obtêm sucesso acadêmico. **Pesquisa FAPESP**, n. 146, abril, 2008. Ver também BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

### **Notas**

<sup>1</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

<sup>2</sup> Pela Decisão 134/2007 o Conselho Universitário da UFRGS instituiu o Programa de Ações Afirmativas através de ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatas indígenas.

## **Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico**

- <sup>3</sup> GOASTELLEC, Gaële. D'un multiculturalisme à autre. Les politiques universitaires et la justice sociale: une comparaison États-Unis – Indonésie: FELOUZIS, Georges (Org.). *Lés mutations actuelles de l'université*. Paris, PUF, 2003.
- <sup>4</sup> Milionários brasileiros têm meio PIB. *Folha de São Paulo*, 15/07/07, Caderno B, p. 1.
- <sup>5</sup> BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil In: HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 35-59.
- <sup>6</sup> Desigualdade educacional é ainda maior que a de renda. *Folha de São Paulo*, 24/12/2007, Caderno C. p. 1.
- <sup>7</sup> AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre o estado, privatização e descentralização. *Educação e Sociedade*, ano XXII, n. 74, abril, 2001, p. 168.
- <sup>8</sup> De acordo com o último censo brasileiro, o de 2000, 44,7% da população do país se autodeclarou negra ou parda.
- <sup>9</sup> *Folha de São Paulo*, 19 de novembro de 2005, Caderno C. p. 3.
- <sup>10</sup> Programa Universidade para Todos.
- <sup>11</sup> *Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais*, p. 4.
- <sup>12</sup> Id. ibidem, p. 6 e 11.
- <sup>13</sup> *Manifesto em defesa da Justiça e constitucionalidade das cotas*, p. 2.
- <sup>14</sup> Id. ibidem, p. 4.
- <sup>15</sup> Id. ib. p. 22.
- <sup>16</sup> MARQUES, Fabrício. Estudos comparam desempenho de alunos beneficiados por ações afirmativas e mostram como vários obtêm sucesso acadêmico. *Pesquisa FAPESP*, n. 146, abril, 2008. Ver também BRANDÃO, André Augusto (Org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

### **Correspondência**

**Arabela Campos Oliven** - Rua Vitor Hugo n. 229 CEP: 90630-070 - Porto Alegre, RS.

E-mail: aoliven@uol.com.br

Recebido em 8 de novembro de 2008

Aprovado em 13 de fevereiro de 2009